

Terceiro Capítulo

O IMAGINÁRIO EM ANÁLISE

A fantasia é, essencialmente, um imaginário preso numa certa função significativa (LACAN, 1958, p. 423).

3.1

Clínica do sintoma, clínica da fantasia

Para o exame dos efeitos clínicos da intervenção analítica sobre o sujeito, retomemos como ponto de partida o personagem Marco, do conto de Jair Ferreira dos Santos (1996) *A jornada argentina de um homem feio*, trazido no início desse trabalho (cf. Seção 1.1, p.06), acrescentando-lhe agora novo material:

Passeavam [Marco e sua esposa] pela Avenida Córdoba (...). Ele andava e se arrastava simultaneamente. Pouco depois não conseguia mais desviar a atenção do seu rosto nas vitrines, daquela desordem magra e caprina, com os maxilares salientes, a que vinha acrescentar-lhe o torpor da estupidez quando perturbado.

(...) Aqui ele se deu conta (no seu habitual exagero) da violência que era um homem nada atraente desfilando airoso com uma mulher bonita, acintosamente bonita, num contraste que por alguma razão desafiava a ordem natural das coisas.

(...) Num lugar fechado, vários copos de Valmont na moleira, Isadora lhe pareceu menos atraente, e isto o acalmou (SANTOS, 1996, p.107-108).

Imaginemos que Marco decidisse então procurar um analista, sob queixa, digamos, de não mais suportar o “*alerta constante*” (SANTOS, 1996, p.106) que o leva sem cessar a considerar-se feio demais para a esposa – algo que, no desdobrar das entrevistas preliminares, trouxesse em complemento um renitente abuso em relação a bebida.

Diz-se da queixa daquele que se propõe à empreitada de uma análise, que se trata aí de seu *sintoma*, e de que é dele que o sujeito padece. Contudo, como antes fizemos notar, à queixa do sintoma (em sua demanda por cura) o tratamento psicanalítico não irá oferecer qualquer acordo prévio, – foco, número de sessões, etc

– tampouco se valerá de quaisquer disposições sugestivas que, *per via di porre*, pretendam minimizar seu sofrimento.

A quem se dispõe ao tratamento a psicanálise oferece apenas a regra curiosa da associação livre: “(...) *isto é, que dissesse o que lhe viesse à cabeça, enquanto deixasse de dar qualquer orientação consciente a seus pensamentos*” (FREUD, 1925, p.45). É a partir dessa regra que Freud (1908) vem articular de maneira notável as formações sintomáticas à dimensão da fantasia, implicando-as nela, passo que bem cedo em sua obra será feito notar.

Quem estudar a histeria, portanto, logo transferirá seu interesse dos sintomas para as fantasias que lhes deram origem. A técnica da psicanálise nos permite em primeiro lugar inferir dos sintomas o que essas fantasias inconscientes são, e então torná-las conscientes para o paciente (FREUD, 1908, p.151).

Uma segunda instância, então, a acompanhar lado a lado a associação livre, é aqui indicada por Freud no que se refere a ‘tornar conscientes as fantasias’, o que implica um aspecto também peculiar do tratamento: ao analista cabe *interpretar*, intervir sobre o curso do que é dito.

Para tanto, Freud inova, remete ao método de decifração em que consiste seu trabalho atenção privilegiada ao que em alguns momentos chama *texto do sonho* (1900); ou seja, ao exame de toda elaboração onírica, Freud atribui importância à dimensão lingüística com que são apresentadas as palavras, lendo-as como ‘Sagrada Escritura’:

Ao interpretar sonhos, atribuímos importância a cada um dos matizes de expressão lingüística em que eles nos foram apresentados. E mesmo quando o texto do sonho, tal como o tínhamos, era sem sentido ou insuficiente – como se o esforço de fornecer dele um relato correto tivesse fracassado – levamos também essa falha em consideração. Em suma, tratamos como Sagrada Escritura aquilo que os autores precedentes haviam encarado como uma improvisação arbitrária, remendada às pressas no embaraço do momento (FREUD, 1900, 545-546). [*grifo nosso*]

A partir disso, abre-se um novo campo clínico. Freud não dá ouvidos a nenhum tipo de intuição (SOLER, 1989, p.105), ele segue o texto, palavra por palavra, e o que lê do “*trabalho inconsciente*” (FREUD, 1938, p.181) são suas regras de construção da mensagem, tomadas já na *Interpretação dos Sonhos* (1900, Cap. VI A, B) pelos

mecanismos do *deslocamento* e da *condensação*¹ – regras que, mais tarde, ao longo do Seminário 3 (1956, p.244-252), Lacan irá demonstrar serem justamente as leis da substituição significante, sobre o duplo eixo da *metáfora* e da *metonímia*, segundo estabelecido pela lingüística saussuriana. Há também uma passagem no Seminário 5 (1958) onde tal formulação é indicada:

Que o exercício do significante evoca, por si mesmo, tudo que é da ordem do inconsciente, isso é suficientemente apontado ao olhar de Freud pelo fato de que as estruturas (...) não são outras senão aquelas que ele descobriu em suas primeiras apreensões do inconsciente, no nível dos sonhos, dos atos falhos (...), no nível até mesmo dos sintomas, e às quais procuramos dar uma formulação mais rigorosa, nas rubricas da metáfora e da metonímia. Essas formas são equivalentes para qualquer exercício da linguagem, e também quanto ao que encontramos de estruturante no inconsciente. Elas são as formas mais gerais, das quais a condensação, o deslocamento e os outros mecanismos que Freud destaca nas estruturas do inconsciente não passam como que de aplicações (LACAN, 1958, p.89).

Desse modo, como primeiro aspecto a destacar quanto à posição em que opera a intervenção analítica sobre o curso da associação livre, verificamos o inconsciente tomado à letra, isto é, o decifrador/analista submetido a uma disciplina de escuta que não atenda por sobre os jogos de sedução e captura do eixo especular, dito *imaginário* – conforme visto a partir do esquema L no capítulo anterior (cf. Seção 2.2, p.26) –, de onde provém, segundo Lacan (1966) em *A direção do tratamento*, “*toda sorte de intervenções verbais que não são a interpretação: explicações, gratificações, respostas à demanda... etc*” (LACAN, 1966, p.598).

Seguindo, destacamos o fato – cuja comprovação será a experiência clínica quem nos irá dar – de que na associação livre não há nada do que se possa entender por livre: “*Naturalmente a associação não é livre*” (LACAN, lição de 15/03/72, inédito). Nada mais inquietante, que ao se propor ao discurso a regra ‘corra livre’, que ele se apresente de maneira tão repetitiva, preso que fica, parafraseando Colette Soler (1989, p.103), entre o que ao analisante reprime o dizer – pudor, vergonha, temores de transferência – e uma obscura inércia que o reconduz sempre às mesmas trilhas, círculo de suas repetições.

¹ Mecanismos que não nos caberá descrever de forma detida no presente trabalho.

Há, de certo, um aspecto de monotonia na fantasia, o qual Lacan (1966) destaca em *Kant com Sade* dizendo-o “*estática da fantasia*” (LACAN, 1966, p.786), e que Miller (1987) contrasta ao aspecto dinâmico dos sintomas: “*a fantasia não tem o mesmo tipo de tempo retroativo característico do sintoma*” (MILLER, 1987, p.114).

O que se faz enunciar dessa inércia, podemos então articular ao estatuto de *matriz axiomática* com que a fantasia fundamental, sua fórmula escrita [$\$ \diamond a$], vem estabelecer, em toda a vasta temática de um repertório discursivo, uma organização latente que, segundo pudemos verificar na seção 2.4, gravita fixada em determinado objeto de desejo, dito objeto *a*, a oferecer-se na outra ponta do losango fantasístico em relação ao sujeito barrado, conforme concebido por Lacan.

Mas deixemos a fantasia fundamental por ora, avançando a partir dos passos de entrada no processo analítico.

Seja com for, a associação livre fará o analisante dizer mais do que espera, ir mais longe onde pretenda chegar, para seu espanto ou confusão, abrindo caminhos que, de forma semelhante àqueles por vezes vividos nos sonhos, virão desembocar em temas que preferirá manter de lado, guardando-os para si como “*seu bem mais íntimo*” (FREUD, 1908, p.137).

Tal designação será utilizada por Freud em *Escritores criativos e devaneios* (1908), pequena conferência onde irá indicar que os jogos do brincar infantil são justamente aqueles que, na idade adulta, passam à intimidade do sujeito na qualidade de suas ‘fantasias’²

A criança, é verdade, brinca sozinha ou estabelece um sistema psíquico fechado com outras crianças, com vistas a um jogo, mas mesmo que não brinque em frente dos adultos, não lhes oculta seu brinquedo. O adulto, ao contrário, envergonha-se de suas fantasias, escondendo-as das outras pessoas. Acalenta suas fantasias como seu bem mais íntimo, e em geral preferiria confessar suas faltas do que confiar a outro suas fantasias. Pode acontecer, conseqüentemente, que acredite ser a única pessoa a inventar tais fantasias, ignorando que criações desse tipo são bem comuns nas outras pessoas (FREUD, 1908, p.136-137). [*grifo nosso*]

² Trata-se aqui do vocábulo alemão *phantasien* que, nas traduções das Obras Completas de Freud para o português (Ed. Imago) também encontramos em algumas passagens como ‘devaneios’ – caso inclusive do título do artigo aqui referido, traduzível literalmente por ‘*O poeta e as fantasias*’ [Der dichter und das phantasieren].

Vale então salientar a analogia empregada por Freud, ao longo da *Interpretação dos sonhos* (1900), às fantasias enquanto ‘sonho diurno’ do sujeito.

Tenho o hábito de descrever esse elemento dos pensamentos oníricos que tenho em mente como uma ‘fantasia’. Talvez eu evite mal-entendidos se mencionar o ‘sonho diurno’ como algo análogo a ela na vida de vigília (FREUD, 1900, p.524).

Com efeito, o método associativo inventado por Freud seria aquele a favorecer, digamos assim, ambiência a que o analisante *sonhe acordado*, abrindo, nesse aspecto, espaço à escuta de seus despropósitos, algo a que poderia chamar de tolices, insignificâncias deixadas à parte no discurso; Freud conferirá a estas um estatuto nada desprezível em relação aos temas que o sujeito talvez preferisse manter limitado, em sua seriedade e sofrimento, aos enquadres do sintoma.

Aqui podemos nos reportar de volta ao extrato clínico trazido por Miller (1987, p.114) segundo o qual uma de suas analisantes lhe confia, em determinando ponto do tratamento, uma fantasia desde muito cedo usada – guardada porém na qualidade de *bem íntimo* – como fonte de excitação sexual. Nesse caso, segundo a aposta de Freud, ‘ser uma lavadeira, amar um sacerdote, arder queimada como uma bruxa’, consistiria em material a não se poder desprezar, e, pelo contrário, a manter-se em aguardo à espera de uma implicação mais evidente, a ser “*reconstruída no decorrer da análise*” (FREUD, 1919, p.205), com os demais temas levados à sessão.

Cabe reiterar, contudo, a perspectiva de que o tratamento analítico não se fundamenta na direção de cura do sintoma, no que seu exercício se difere aí de uma terapêutica, e por onde a obtenção de certas fantasias guardadas pelo sujeito não quererá dizer empregá-las especificamente na remoção desse ou daquele sofrer sintomático.

Trata-se, portanto, na direção do tratamento, na medida em que o estatuto do sintoma é realocado ao lado dos chistes, lapsos e sonhos no conjunto das *formações do inconsciente* (LACAN, 1964, p.125) – quer desapareça, quer reconfigure sua irrupção –, de persistir, *per via di levare*, num caminho de elaboração apontado desde Freud em direção a um extrato último da fantasia; e que, com Lacan, iremos

circunscrever através de uma amarração fundamental a posicionar um sujeito barrado em relação ao objeto.

3.2

Breve esboço do objeto na fantasia

Nossos sentidos tateiam à procura de um objeto. Onde está ele, esse objeto cuja presença velada nos agita? Por que nos escondeu Ele a sua face? (CORÇÃO, 1958, p. 130).

Por essa via a avançar, a da fantasia, destaca-se então a dimensão do objeto na condução do tratamento. A associação livre será aquela a dar voz aos descaminhos do discurso por onde uma insinuante presença, mantida sempre à margem, de modo imprevisto reticencia a fala, inibe o sujeito, traz um sorrisinho à sua face, um rubor, um pigarro – um vulto fugaz é eventualmente pressentido a esgueirar-se pelos cantos da ‘janela’, citando aqui o relato do sonho emblemático do *Homem dos lobos*, conforme pudemos verificar no capítulo anterior (cf. Seção 2.3, p.34).

Em relação às formações oníricas, inclusive, podemos alçar uma pequena digressão em relação a um dos capítulos da *Interpretação dos sonhos* (1900), dedicada ao tema do *Despertar pelos sonhos* (Cap.VII D), a partir da qual nos suscitam algumas articulações à insinuação ‘perturbadora’ do objeto:

O processo onírico tem permissão para começar como a realização de um desejo inconsciente, mas, quando essa tentativa de realização de desejo fere o pré-consciente com tanta violência que ele não consegue continuar dormindo, o sonho rompe o compromisso e deixa de cumprir a segunda parte de sua tarefa. Nesse caso, ele é imediatamente interrompido e substituído por um estado de completa vigília. Mas também aqui não é realmente culpa do sonho que ele apareça agora no papel de *perturbador* do sono, e não em seu papel normal de *guardião* do sono; e não é necessário que isso nos predisponha contra o fato de ele ter uma finalidade útil (FREUD, 1900, p.608).

Aqui, em relação ao papel do sonho que, segundo Freud (1900), de ‘guardião’ passa a ‘perturbador’ do sono, propomos uma analogia à dialética antes verificada entre fantasia e Real (cf. Seção 2.3, p.33), a partir do aforismo de Lacan “*o Real suporta a fantasia, e a fantasia protege o Real*” (LACAN, 1964, p.43). Assim, na medida em que a cena onírica – tal à realidade psíquica – necessita certa *estabilidade* para prosseguir (aspecto ‘guardião’ do sonho / ‘protetor’ da fantasia), sua composição, suportada pela instância do Real, segue movida por força da pulsão a conduzir a trama onírica cada vez mais próxima à “*tentativa de realização [descarga] do desejo*” (FREUD, 1900, p.608); ao que, da derradeira presentificação do objeto resulta a experiência de angústia que conduz a cena ao despertar³.

Lacan (1970) comenta a esse respeito no Seminário 17: “*Um sonho desperta justamente no momento em que poderia deixar escapar a verdade, de sorte que só acordamos para continuar sonhando – sonhando no real, ou, para ser mais exato, na realidade*” (LACAN, 1970, p.54) – ou seja, sob guarida da fantasia.

De volta ao livre associar em vigília, chegamos ao exame do conceito que Lacan (1964), ao longo do Seminário 11, virá estabelecer enquanto *pulsação temporal* – “*um movimento do sujeito que só se abre para tornar a se fechar, numa certa pulsação temporal*” (LACAN, 1964, p.121) –, segundo o que dimensiona enquanto tempos de *abertura e fechamento* do inconsciente:

O que é ôntico, na função do inconsciente, é a fenda por onde esse algo [objeto], cuja aventura em nosso campo parece tão curta, é por um instante trazida à luz [abertura] – por um instante, pois o segundo tempo, que é de fechamento, dá a essa apreensão um caráter evanescente (*Ibid.*, p.35).

Podemos então avançar mais um passo acerca desse instante de encontro com o objeto, retomando-o a partir de seu estatuto de resto inacessível – sua vertente Real, portanto (cf. Seção 1.3, p.19). Verifica-se, com efeito, que o que se experimenta na associação livre, e que até aqui vimos relacionar ao tempo de abertura do inconsciente chamando-o ‘o que se insinua de uma presença do objeto’, é de fato

³ Podemos aqui também nos situar em relação a dialética estabelecida entre as pulsões de vida e de morte, verificadas no capítulo I a partir do *princípio de prazer* freudiano e seu *mais além* – que, levado a termo, resultaria na morte do aparelho (cf. Seção 1.3, p.17).

vivido pelo sujeito somente na qualidade de uma *falta* – “*O encontro é sempre faltoso*” (LACAN, 1964, p.123), de onde Lacan vem assim indicar a perpetuidade do caráter evanescente dessa apreensão – “(...) *este objeto, que de fato é apenas a presença de um cavo, de um vazio, ocupável, nos diz Freud, por não importa que objeto, e cuja instância só conhecemos na forma de objeto perdido, a minúsculo*” (Ibid., p.170).

Lembremos então do empenho de Lacan ao reler Freud no sentido de atrelar ao aparato signifiante a pertinência em se falar de um *mais além* a ser buscado no objeto (cf. Seção 1.3, p.21; 2.3, p.31), *mais além* que, agora, a partir do emprego da negativa, podemos revirar chamando, face ao encontrado, *encontro faltoso* – este que, nos instantes de abertura em associação livre, vem impor-se à trama do sentido enquanto ponto de furo em toda sua admirável consistência, depositada quer sobre uma imagem unificada do ‘eu’, promessas a obter de bens objetivos, encontros amorosos; enfim, em tudo aquilo que, do que constitui o registro Imaginário, encontra nele um limite.

3.3

Emblemas clínicos: castração, falo, Nome-do-pai

Chegamos então ao conceito que, na clínica da psicanálise, vem situar isso que impõe limite, a saber, a *castração*.

Sua acepção – distinta da habitual, a de mutilação dos órgãos sexuais masculinos – será inicialmente indicada por Freud em 1905, nos *Três ensaios sobre a sexualidade infantil* e, pouco depois, no artigo *Sobre as teorias sexuais das crianças* (1908), texto que aqui, inclusive, já nos foi possível tecer algumas considerações ao longo do capítulo anterior (cf. Seção 2.3, p.33).

Seu aspecto essencial dirá respeito à experiência vivida pela criança, por volta dos cinco anos de idade, a consistir no fato de pela primeira vez reconhecer a diferença entre os sexos: cai, então, ao preço de certa angústia, a “*primazia fálica*”

(FREUD, 1925, p.42), idéia segundo a qual todos os seres são portadores de pênis⁴; e o mundo passa, por conseguinte, a estar dividido entre homens e mulheres.

As conseqüências, segundo Freud (1933), de tal diferenciação em torno da posse ou não do pênis virão desencadear, no menino, um sentimento constante de ameaça por sua perda; na menina, de reivindicação dele:

Como vêm, pois, atribuímos às mulheres um complexo de castração (...) embora seu conteúdo não possa ser o mesmo que o dos meninos. Nestes, o complexo de castração surge depois de haverem constatado, à vista dos genitais femininos, que o órgão, que tanto valorizam, não acompanha necessariamente o corpo. Nisto, acodem à lembrança do menino as ameaças que provocou contra si, ao brincar com esse órgão; começa a dar crédito a elas, e cai sob a influência do temor de castração, que será a mais poderosa força motriz do seu desenvolvimento subsequente. O complexo de castração nas meninas também inicia ao verem elas os genitais do outro sexo. De imediato percebem a diferença e, deve-se admiti-lo, também a sua importância. Sentem-se injustiçadas, muitas vezes declaram que querem ‘ter uma coisa assim, também’, e se tornam vítimas da ‘inveja do pênis’; esta deixará marcas indeléveis em seu desenvolvimento e na formação de seu caráter, não sendo superada, sequer nos casos mais favoráveis, sem um extremo dispêndio de energia psíquica (FREUD, 1933, p.124-125). [grifo nosso]

Mas o então designado *complexo de castração* – conjunto processual que Freud em momentos distintos de sua obra se empenhará em estudar, tanto no menino quanto na menina, dividindo-o em etapas cronológicas de evolução da sexualidade infantil (etapas as quais não nos caberá aqui uma investigação mais detida) – não concernirá apenas ao processo vivido na infância, mas do que dele vem a configurar-se um tipo estrutural de posição do sujeito em torno do reconhecimento – ou não – da castração, a manifestar-se na vida adulta: tanto numa singularidade, amarração fantasística de cada um; como também, num escopo clínico mais geral, em conjuntos de estruturas típicas – *histeria, neurose obsessiva, perversão, psicoses* –, base diagnóstica do tratamento.

Porém, coube a Lacan, a partir do Seminário 4 (1957), retomar o processo legado por Freud operando nele uma importante distinção: o objeto central em torno do qual vem organizar-se o complexo de castração não será, propriamente, o órgão anatômico peniano, mas sua representação psíquica (NASIO, 1989, p.34), que Lacan

⁴ Segundo Freud (1908), mesmo nas meninas essa impressão é vivida sob aspecto de que seu clitóris ainda há de crescer.

chamará *falo* – resgatando um vocábulo pouco usado por Freud em analogia a *pênis* –, representado também pela letra grega ϕ [*fi*].

Já veremos mais detidamente que não se deve confundir *falo* com *pênis*. Quando pelos anos 1920-1930 houve uma imensa polêmica que se ordenou ao redor da noção de falicismo e a questão do período fálico, do que se tratava era de distinguir o *pênis*, como órgão real, com funções definíveis por determinadas coordenadas reais, do *falo* em sua função (LACAN, 1956, lição de 28/11-CDROM). [*tradução nossa*]

A acepção do conceito de *falo*, repleta de desdobramentos que não nos caberá ir a fundo no presente trabalho, poderá ser aqui circunscrita inicialmente a partir da indicação de Lacan (1966), no artigo *A significação do falo*, como um “*significante destinado a designar, em seu conjunto [a cadeia de significantes] os efeitos de significado*” (LACAN, 1966, p.697), ou, por outra, como dito ao longo do Seminário 5 (1958), “*significante do significado em geral*” (LACAN, 1958, p.249).

Com isso, Lacan (1966) conceitua o *falo* enquanto “*função significante*” (LACAN, 1966, p.700), melhor compreensível se verificamos antes que, ao distinguí-lo do órgão peniano, a própria operação da castração também ganha nova acepção: esta não será tanto mais uma distinção entre os sexos (ainda que também o seja), mas, sobretudo, um ato de corte que, pela via do Outro (A) [eixo Simbólico] – “*a castração é um ato simbólico*” (LACAN, 1958, p.178) –, vem imputar no sujeito uma barra, no que lhe destaca, concomitantemente, a dimensão faltosa do objeto *a*.

Quanto à função fálica, se, na seção anterior, pudemos localizar no decorrer da associação livre um tempo de abertura, de encontro faltoso, a impor limite à consistência do Imaginário, poderemos agora situar o *falo* [ϕ], então, como significante eleito a admitir essa consistência – esta que, nunca levada a termo em decorrência da castração, permitirá a Lacan (1963), igualmente pelo uso da negativa, escrevê-la $-\phi$ [*menos-fi*]: “*Este ϕ , portanto, para os dois sexos, é o que eu desejo e o que não posso ter senão enquanto $-\phi$* ” (LACAN, 1963, lição de 05/06) [*tradução nossa*].

Tal acepção marca, na referida passagem, suas implicações com o campo do desejo, cuja dimensão só será simbolizável com a ajuda da premissa fálica, segundo indica Lacan no Seminário 5 (1958):

O que importa para o sujeito, o que ele deseja, o desejo como desejado, o desejo do sujeito, quando o neurótico ou o perverso tem de simbolizá-lo, isso, em última análise, é literalmente feito com a ajuda do falo (LACAN, 1958, p.248-249).

Assim, chegamos ao entendimento de que o objeto eleito do desejo será aquele onde está inscrita a função significante do falo. Isso estabelecerá, por conseguinte, a possibilidade de um *deslizamento* de objeto a objeto na série do desejo, tal como Freud (1924) já havia assim indicado a partir do que chamou ‘equação simbólica’: “*A renúncia ao pênis não é tolerada pela menina sem alguma tentativa de compensação. Ela desliza – ao longo da linha de uma equação simbólica, poder-se-ia dizer – do pênis para um bebê*” (FREUD, 1924, p. 198) [grifo nosso].

É pela premissa da função fálica, então, que a busca do desejo (sua dimensão motriz resumida à pulsão cega) atrela-se ao aparato significante, tornando possível a equivalência entre objetos privilegiados, “*dinheiro — bebê — pênis são aí tratados como se significassem a mesma coisa*” (FREUD, 1933, p.103).

Portanto, a partir do ato da castração, destaca-se o que Lacan também conceitua ‘falo imaginário’ – “*a castração é um ato simbólico (...) cujo objeto é um objeto imaginário*” (LACAN, 1958, p.178) –, função permutável pela qual desliza a instância do desejo⁵, a encontrar na premissa fálica o sentido de uma restauração mítica de complementaridade.

Avançamos um pouco mais se verificamos que a operação separadora da castração será também articulada, a partir de Lacan no Seminário 4 (1957), no que diz respeito ao vínculo mãe-filho, passo em que a dialética do *complexo de Édipo* freudiano é também relida por Lacan a partir do aparato significante.

Nesse caso, a mãe, na qualidade de mulher, dá ao filho nascido o lugar desse ‘falo imaginário’ de que falamos, e o filho, por sua vez, identifica-se com esse lugar para preencher o desejo materno. Assim, a criança se identifica como sendo, ela própria, esse falo e se aloja, por conseguinte, na parte faltosa do desejo do que antes pudemos localizar como Outro barrado [/A] (cf. Seção 2.4, p.39), aí instanciado simbolicamente na figura da mãe. Estabelece-se assim uma relação propriamente

⁵ “essa gênese (...) da constituição do falo, no plano imaginário, como objeto privilegiado e preponderante” (*Ibid.*, p.189-190).

imaginária consolidada entre uma mãe que acredita ter o falo e o filho que acredita sê-lo (NASIO, 1989, p.37).

Com Lacan, o ato castrador, nesse caso, podemos vê-lo incidir não exclusivamente sobre a criança – como em algumas passagens de Freud se poderia interpretar –, mas sob o *vínculo* mãe-filho. De onde Lacan virá destacar então a pertinência em se falar de um *agente da castração* (LACAN, 1958, p. 178) que será, por conseguinte, o pai ou qualquer outrem a servir de suporte à lei simbólica, a vir representada na (des)vinculação mãe-filho como lei de proibição do incesto.

Ou seja, ao indicar à mãe que ela não poderá reintegrar-se a seu filho, e ao filho que não poderá possuir sua mãe, o pai castra a primeira da pretensão de ter o falo e, concomitantemente, o segundo de qualquer pretensão de sê-lo. “*Assinalamos (...) que, na castração, o agente é real, é um pai real do qual se necessita, que a ação é simbólica, e que ela incide num objeto imaginário*” (LACAN, 1958, p.475).

Vale reiterar que a leitura de Lacan quanto à dialética edipiana legada por Freud situa a função do pai, enquanto agente da castração, somente na medida de um suporte a uma lei impessoal que, qual à ordem do Simbólico, preexiste ao campo onde será erguida a realidade dos seres falantes.

Citando Lacan (1970) no Seminário 17:

Seguramente, não é a partir de uma tentativa de explicar o que quer dizer dormir com a mãe que o assassinato do pai se introduz na doutrina freudiana. Muito pelo contrário, é a partir da morte do pai que se edifica a interdição desse gozo como primária (LACAN, 1970, p.113).

A partir desta passagem podemos nos remeter a um segundo mito, criado pelo próprio Freud (1913) em *Totem e tabu*⁶, no que diz respeito à função paterna enquanto suporte a uma lei que, destruído o pai, torna-se ainda mais preponderante:

Odiavam o pai, que representava um obstáculo tão formidável ao seu anseio de poder e aos desejos sexuais; mas amavam-no e admiravam-no também. Após terem-se livrado dele, satisfeito o ódio e posto em prática os desejos de identificarem-se com ele, a afeição que todo esse tempo tinha sido recalcada estava fadada a fazer-se sentir e assim o fez sob a forma de remorso. Um sentimento de culpa surgiu, o qual, nesse

⁶ Trata-se de um mito referente à determinada tribo primitiva onde somente ao pai da horda é permitido, entre outras coisas, o intercuro sexual com as mulheres.

caso, coincidia com o remorso sentido por todo o grupo. O pai morto tornou-se mais forte do que o fora vivo — pois os acontecimentos tomaram o curso que com tanta frequência os vemos tomar nos assuntos humanos ainda hoje (FREUD, 1913, p.146-147). [*grifo nosso*]

Com Lacan, podemos então inferir que o pai, enquanto agente da castração, só interdita aquilo que, de antemão, já encontra um lugar definido na ordenação significante a impor limite à apreensão do objeto – e à satisfação plena da pulsão (*cf.* Seção 1.3) – pelo advento do desejo.

Nosso próximo passo, então, consistirá no exame do conceito introduzido por Lacan, desde muito cedo em seu ensino, chamado *Nome-do-pai*, que aqui poderemos sucintamente indicar enquanto um significante a excetuar-se do conjunto dos demais – passando a funcionar como elemento, ele próprio, sem significação –, eleito a representar, na estrutura que é o repertório lingüístico de cada sujeito, a presença interdutora daquilo que, pelo ‘puro princípio simbólico’, se faz lei:

A identificação virtual e ideal do sujeito com o falo, como objeto do desejo da mãe (...) será efetivamente destruída pela intervenção do puro princípio simbólico representado pelo Nome-do-pai. Este se encontra ali, em estado de presença velada. Sua presença se desvela não progressivamente, mas por uma intervenção desde logo decisiva, na medida em que ele é o elemento proibidor (LACAN, 1958, p.235-236).

O falo, por conseguinte, surgirá em oposição a este significante sem significado que é o Nome-do-pai, na medida em que, enquanto função significante a supor sentido, o falo confere à lei simbólica um corpo, a arrolar-se sob o plano imaginário das inúmeras leis prescritas nos códigos de conduta dos seres falantes.

Assim, como eu lhes disse que, no interior do sistema significante, o Nome-do-pai tem a função de significar o conjunto do sistema significante, de autorizá-lo a existir, de fazer dele a lei, direi que, freqüentemente, devemos considerar que o falo entra em jogo no sistema significante a partir do momento em que o sujeito tem de simbolizar, em oposição ao significante, o significado como tal, isto é, a significação [o sentido] (LACAN, 1958, p.248).

Retomemos então a circunstância clínica. Será preciso acrescentar ao exame dos passos determinantes da entrada em análise um local adequado a situar os conceitos verificados nesta seção, a começar pela premissa fálica: ela se encontrará

presente, por certo, não propriamente na demanda de cura do sintoma, mas enquanto demanda de *interpretação* sobre ele. Ou seja, somente quando o sofrimento do sintoma se abre à interrogativa em torno de sua causalidade – pela via de um endereçamento ao analista o qual Freud dá o nome de *transferência* – é que o sujeito se torna analisável (SOLER, 1989, p.112).

Com isso, passamos ao exame do conceito de transferência no contexto da análise, segundo Freud (1917), “*presente no paciente desde o começo do tratamento e, por algum tempo, o mais poderoso móvel de seu progresso*” (FREUD, 1917, p.516).

3.4

O norte transferencial à trilha do *recordar, repetir, elaborar*

Assim, conforme dissemos, a entrada em análise não é marcada apenas por um sofrer sintomático, mas à medida em que nesse sofrer abre-se uma analisabilidade chamada transferência.

Sem ela, o sofrer psíquico pode bastar-se aplacado à base de quantos distensores paliativos, substâncias psicoativas, práticas catárticas, relaxamentos, etc; todavia, o sujeito a bater à porta do analista é aquele a carregar consigo, esgotados outros meios, um sofrimento renitente ao qual veio se enodar um enigma, um *x*, a partir do qual se instaura uma busca de sentido àquilo que se abre justo onde não há sentido aparente para que venha irromper.

Isso permite a Lacan (1964) extrair da transferência – a partir da demanda de interpretação do sintoma – uma função dirigida ao *saber*, a situar o analista enquanto *sujeito suposto saber*: “*Desde que haja em algum lugar o sujeito suposto saber (...) há transferência*” (LACAN, 1964, p.220). Nisso se faz sentir a premissa fálica do discurso, a confiar à argúcia interpretativa do analista um lugar privilegiado.

Por outra via, a experiência clínica também irá verificar no investimento da transferência uma vertente eminentemente pulsional, a vir empregada sob tipos

variados de manifestação, *positivas* ou *negativas*, conforme indica Freud (1917) ao longo da *Conferência XXVII – Transferência*:

A transferência pode aparecer como uma apaixonada exigência de amor, ou sob formas mais moderadas; em lugar de um desejo de ser amada, uma jovem pode deixar emergir um desejo, em relação a um homem, idoso, de ser recebida como filha predileta; o desejo libidinal pode estar atenuado num propósito de amizade inseparável, mas idealmente não-sensual. Algumas mulheres conseguem sublimar a transferência e moldá-la até que atinja essa espécie de viabilidade; outras não de expressá-la em sua forma crua, original e, no geral, impossível. Mas, no fundo, é sempre a mesma, e jamais permite que haja equívoco quanto à sua origem na mesma fonte.

(...) Com seus pacientes masculinos, mais amiúde do que com mulheres, o analista encontra uma forma de expressão da transferência que parece, à primeira vista, contradizer todas as nossas descrições anteriores — uma transferência hostil ou *negativa*. (...) Os sentimentos hostis indicam, tal qual os afetuosos, haver um vínculo afetivo, da mesma forma como o desafio, tanto como a obediência, significa dependência, embora tendo à sua frente um sinal ‘menos’ em lugar de ‘mais’ (FREUD, 1917, p.515-516).

De todo jeito, a dinâmica da transferência na análise trará sempre imbricados aspectos a trespassar da demanda por sentido a afetos em relação à pessoa do analista, na medida em que o falo nunca é de fato uma representação significativa purificável ao nível do saber, do mesmo modo como não há objeto de desejo que não esteja submerso na trama significativa – “*O falo é o significante privilegiado dessa marca, onde a parte do logos se conjuga com o advento do desejo*” (LACAN, 1966, p.699).

Desse modo, a dimensão faltosa do Imaginário [-Φ], seja por que vias o sujeito venha empregar sua transferência, fará sempre apontar àquilo que Lacan procurou definir com seu objeto *a*, passo em que Freud (1917) irá falar de uma *neurose de transferência*, uma “*neurose nova, artificial*” (FREUD, 1917, p.518), por onde a dimensão desejante do sujeito é feita atualizar voltada agora ao lugar do analista na análise.

De fato, na medida em que não doa sentido através de proposições sugestivas, tampouco responde aos afetos de transferência dirigidos à sua pessoa, o analista restitui a dimensão de encontro faltoso imposta pela castração, ao mesmo tempo em que situa e abre possibilidade ao tempo de irrupção do inconsciente, o que só assim garante progresso ao tratamento.

Lacan (1964), ao longo do Seminário 11, irá então definir a transferência como a “*atualização [pôr em ato] da realidade do inconsciente*” (LACAN, 1964, p.142), ou seja, na medida em que o analista sustenta com sua presença esse lugar de impossível, permite aí verificar em que posição fora incluído, sob retroação da transferência, no jogo desejante do sujeito, expressão por excelência da maneira como vem amarrada a fantasia.

De acordo com Freud (1917):

Em qualquer outro tipo de tratamento sugestivo, a transferência é cuidadosamente preservada e mantida intocada; na análise, a própria transferência é sujeita a tratamento, e é dissecada em todas as formas sob as quais aparece (FREUD, 1917, p.528-529).

Tendo em vista esse norte a conduzir o tratamento, Freud escreve em 1914 o artigo *Recordar, repetir e elaborar*, onde destaca de modo notável três tempos relativos aos passos de uma análise, indicados já em seu título.

Quanto ao ‘recordar’, podemos situar aqui o tempo do sintoma: o sujeito envolto às suas queixas e circunstâncias a relatar, que a partir do conceito de realidade psíquica a escuta analítica pode inclusive retirar de seu aspecto de *lembrança* uma necessária implicação com o passado vivido.

O segundo tempo, o do ‘repetir’, não obrigatoriamente adiante, podemos situá-lo em duas vias: na gravitação do discurso em torno do objeto, desse *x* – no sentido de uma incógnita – por onde a causalidade do Imaginário encontra seu furo (e na medida em que o *texto* da associação nada tem de livre); e, segundo já feito entrever, pela expressão definida por Freud (1914) enquanto *atuação* presente na atualidade da transferência:

Logo percebemos que a transferência é, ela própria, apenas um fragmento da repetição. (...) podemos dizer que o paciente (...) expressa-o pela atuação ou atua-o. Ele o reproduz não como lembrança, mas como ação; *repete-o*, sem, naturalmente, saber que o está repetindo.

Por exemplo, o paciente não diz que recorda que costumava ser desafiador e crítico em relação à autoridade dos pais; em vez disso, comporta-se dessa maneira para com o analista (FREUD, 1914, p.165-166).

A partir desse ponto a dimensão da fantasia encontra sua aurora. Caberia então retomarmos seu tema uma última vez. Podemos tomá-la agora – a partir dos conceitos verificados na seção anterior – enquanto uma amarração singular em resposta ao ato separador da castração. É a partir dessa experiência que a fantasia se fixa enquanto um modo específico de desejar que posiciona o sujeito, por um lado, em relação ao desejo do Outro [/A] – como no vínculo mãe-filho –, e, por outro, em relação ao objeto (*a*) impossível – segundo a premissa pela qual o Nome-do-pai vem indicar ao indivíduo que os limites de seu corpo são menores que os de seu desejo (NASIO, 1989, p.13).

A partir dessa marca, simbolização do Nome-do-pai, tipos diferenciados de resposta encontram lugar no âmbito das neuroses ou, na carência dela, no das psicoses.

Desse ponto, podemos nos reportar de volta à cena em que Buzz Lightyear se atira pelo vão da escada. Em sua história não há análise, é certo, há apenas o encontro primeiro a fazer cair sua ‘onipotência imaginária’ (cf. Seção 2.3, p.35) – digamos com Freud, sua ‘teoria sexual infantil’ –, passo em que Buzz se encontra irreversivelmente cindido entre um roteiro que lhe foi doado pelo Outro (para servir, digamos, de falo imaginário às crianças) e um ponto intervalar a partir do qual ele agora se separa enquanto sujeito (cf. Seção 2.1, p.23).

Contudo, a resposta de Buzz – se nos permitirmos ir mais longe através dessa alegoria criada por John Lasseter (1995) em *Toy Story* – é, num exercício de abstração clínica, presumivelmente bipolar: passa da onipotência maníaca à depressão avassaladora. A partir da queda, Buzz se diz uma ‘fraude’ e tampouco se importa quando, achado por uma menininha, é feito de boneca vestido a um avental. De um roteiro sem furo Buzz vai ao roteiro nenhum.

Em seguida, porém, num determinado ponto de seu niilismo, Buzz se depara com o nome de seu dono « Andy » escrito à caneta na sola de seu pé. É através desse significante que Buzz irá situar o ponto onde seu roteiro de ‘super-herói astronauta’ faz borda com seu Real de brinquedo – se nos permitirmos esquadrihar essa alegoria um pouco mais.

A partir desse significante, de ‘falo imaginário universal’ (entenda-se: super-herói de toda e qualquer criança) Buzz encontra um traço em seu corpo – ser o brinquedo de Andy – a partir de onde pode tomar alguma distância de sua fantasia sem, no entanto, abandonar o papel que lhe foi destinado pelo Outro.

Na história singular de cada sujeito, esta marca terá a dimensão do Nome-do-pai, significante excetuado da cadeia que ao mesmo tempo que a autoriza existir, demarca uma brecha onde resta um impossível a simbolizar – isto é, o Real –, ponto a partir de onde o desejo do sujeito – digamos até o próprio sujeito – não encontra lugar nos ideais comuns da cultura, nas demandas que o convocam – pelo Outro – a ocupar lugar de ‘falo imaginário’ a qualquer outrem.

O tempo de ‘elaborar’ numa análise será aquele entregue à reconstrução, junto ao analista, de um extrato mínimo de significantes – fantasia fundamental – entendível agora como recuperação dos traços determinantes doados pelo Outro em relação a um desejo sempre incumbido em escapar/separar-se da captura alienante desses traços. Nesse sentido, a fantasia enquanto “*resíduo da interpretação do sintoma*” (MILLER, 1987, p.111) revela-se progressivamente enquanto resposta ao enigma de irrupção sintomático, no que carrega, em seu conteúdo, uma conformação capaz de articular esses dois pólos, [desejo (separação) / Outro (alienação)], que, com Lacan, podemos esquematicamente representar como articulação do Real e do Simbólico para um sujeito (VIEIRA, 2003, p.27-36).

A análise segue então enquanto conseqüente esvaziamento do valor pulsional, digamos assim, ‘dramaticamente’ investido nas significações das circunstâncias – “(...) *haverá muito a ganhar se conseguirmos transformar seu sofrimento [drama] histérico numa infelicidade comum*” (FREUD, 1895, p.316) –, no que ao sujeito agora é permitido, a partir de uma extração que irá resultar na síntese de sua posição subjetiva face à castração, situar-se com maior leveza diante de seus limites.